

## OS LIMITES PARA UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA NO ESTADO NEOLIBERAL

Rodrigo da Paixão Pacheco <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo aborda a discussão acerca do Estado capitalista e os seus rebatimentos no campo educacional. A questão central é desvelar: quais os limites impostos pelo estado capitalista para a efetivação de uma educação emancipadora? Como método de análise utilizou-se o materialismo histórico dialético. A pesquisa foi bibliográfica de natureza qualitativa. São parte das referências bibliográficas utilizadas os seguintes autores: Frigotto (1999), Laurell (1997), Marrach (2000), Netto e Braz (2008), dentro outros. Como principais resultados, podemos apontar: a existência de uma forte ideologia marcada pela defesa da educação dual fortemente alinhada a reprodução da classe dominante, além da mercantilização, financeirização e desresponsabilização do Estado quanto a política de educação.

**Palavras-chave:** Estado, Neoliberalismo, Educação.

### INTRODUÇÃO

A humanidade tem enfrentado uma grave crise sanitária, o que levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a decretar uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em 30 de janeiro de 2020 e uma pandemia no dia 11 de março do mesmo ano.

Desde a confirmação do 1º caso do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), causador da COVID-19, na cidade de Wuhan, China, em dezembro de 2019, e sua disseminação em escala global, o Brasil contabiliza mais de meio milhão de óbitos por essa terrível doença.

Com fins de frear a propagação da pandemia foi importante a decretação de distanciamento social, de modo que, se impôs a interrupção de aulas em formato presencial.

Não obstante a excepcionalidade da pandemia que desafiou o sistema educativo a promover a educação remotamente, docentes e discentes ainda enfrentam um (des)governo federal negacionista, regido por uma matriz de capital financeiro neoliberal,

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, adm.rodrirop@[gmail.com](mailto:gmail.com).

num país de economia periférica, onde se constata uma subordinação das políticas públicas às políticas econômicas, com forte devastação da política educacional – inclusive das relações trabalhistas dos professores (as) - e, por força de consequência, grave comprometimento da luta por um projeto político-pedagógico com viés de formação humanizadora.

Assim sendo, a questão central que envolve o estudo é desvelar: quais os limites impostos pelo estado capitalista para a efetivação de uma educação emancipadora?

Desta feita, o objetivo foi analisar educação no Brasil, pela lógica que intercorre a matriz neoliberal.

## **METODOLOGIA**

Utilizou-se como método de análise o materialismo histórico dialético. Numa perspectiva marxista, tomando por base a dialética que “considera todas as coisas em movimento, relacionadas umas com as outras”, e suas contradições, além da forma como os homens se organizam na sociedade para a produção e reprodução da vida, sendo imprescindível uma visão de totalidade (GODOTTI, 1998, p.94).

Ainda segundo Godotti (1998, p.98) “a dialética em Marx não é apenas um método para se chegar à verdade, é uma concepção do homem, da sociedade e da relação homem-mundo.”

O delineamento da pesquisa foi de natureza qualitativa, com pesquisa bibliográfica que para auxiliar no exercício reflexivo e crítico a respeito da temática, percorreu todo o desenvolvimento da pesquisa e teve como objetivo a aproximação teórica do objeto.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A educação é um campo fundamental na constituição das relações sociais e, hodiernamente, se expressa como uma área de constante atrito de classes sociais por seu controle.

A disputa ocorre no âmbito das discussões e implementação da política educacional - a exemplo do currículo – almejando sempre atender aos interesses da classe.

Sendo a educação uma ferramenta de transformação da sociedade, cabe a classe trabalhadora se organizar para defender seus interesses nesta área, de maneira que, a produção e reprodução das relações sociais, em razão, também, dos processos educativos possam contribuir para melhorar a formação e a vida humana.

No contexto da disputa hegemônica a educação, historicamente, é apreendida de modo dual, de maneira que o sistema educacional se divide em duas partes e destina aos indivíduos uma educação correspondente a sua classe social.

De acordo com os ensinamentos de Gaudêncio Frigotto (1999):

Na perspectiva das classes dominantes (...) a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. (FRIGOTTO, p. 26, 1999).

Nesse diapasão, cabe aos trabalhadores e suas respectivas proles uma educação de cunho técnico. Já para aqueles alinhados, economicamente, a classe dominante, qual seja burguesa, cabe a educação superior.

Assim mantem-se a subserviência da classe trabalhadora pela classe dominante, com auxílio da política educacional. Aí reside o grande mote da disputa do complexo sistema educacional. Dominar a educação, em certa medida, significa dominar a sociedade.

Em sentido lato, dominar o campo educacional significa manter um substancial controle da produção e reprodução das relações sociais e, por força de consequência, a preponderância de uma estratégia de classe.

No entanto, a burguesia para não perder o controle societário aceita algumas concessões. Daí o sistema de cotas raciais para ingresso nas universidades públicas e todo um sistema de financiamento da educação e bolsas integrais/parciais custeadas pelo Estado que, diga-se de passagem, é interessantíssimo do ponto de vista do acesso ao fundo público.

A burguesia, enquanto classe que mantém o monopólio sobre o Estado, vê-se pressionada pelo proletariado em luta e, estando impossibilitada de destruí-lo, é obrigada a fazer concessões, a expressar interesses secundários de outras classes. E, assim procedendo, a burguesia busca reafirmar a aparência como sendo a essência, a desigualdade como igualdade, a sua ditadura de classe como democracia, afinal, o próprio domínio burguês, a sobrevivência como classe e de *seu* Estado estão em dependência direta da credibilidade à sua concepção de mundo – e de Estado. (COSTA, 1998, p.125)

Mas o objetivo é sempre a manutenção do *status quo* da classe social burguesa, como superior e da classe trabalhadora como subalterna. Sem nenhuma luta social por acesso da classe trabalhadora a uma educação superior, em linhas gerais, significaria dizer: ao pobre a perpetuação de sua pobreza e ao rico a riqueza eterna.

Na aparência todos somos iguais perante a lei, mas na essência o Estado, que é burguês, legitima as desigualdades. A questão central deve ser de luta por efetivação de políticas públicas capazes de conferir acesso à educação de qualidade para toda a sociedade – ricos e pobres - podendo ser, técnica, superior, etc., mas que os indivíduos tenham condições de fazer as próprias escolhas.

Desta feita, não pode ser visto como natural a segmentação de educação em razão da classe social.

Prezando pela historicidade, é bem verdadeiro que a sociabilidade burguesa emergida da passagem do sistema feudal para o capitalista pauta-se por uma divisão societária marcada pela desigualdade e opressão entre classes.

(...) o longo processo de passagem do feudalismo para o sistema capitalista não representou a superação de uma sociedade marcada pela opressão, servilismo e desigualdade de classes por uma sociedade livre e igualitária. A superação do servilismo e da escravidão não foram pressupostos para a abolição da sociedade classista, mas condição necessária para que a nova sociedade capitalista pudesse, sob uma igualdade jurídica, formal e, portanto, legal (certamente não legítima), instaurar as bases das relações econômicas, políticas e ideológicas de uma nova sociedade de classes. (FRIGOTTO, p. 27, 1999).

Ocorre que no campo educacional a ausência de uma educação de qualidade para a maioria da população, notadamente pobre, possui um caráter preservado com graves consequências para o pleno desenvolvimento da economia.

Assim, em certa medida, os detentores dos meios de produção - capitalistas, burgueses – também são prejudicados. Ora, do que adianta ter uma fábrica, indústria, etc. num cenário de carência de mão de obra qualificada mínima para o pleno desenvolvimento das funções. São algumas das contradições da sociedade que vivemos.

Considerando todos esses aspectos pode-se afirmar que o trabalho é importantíssimo como mediação que produz e reproduz as relações sociais, sendo os processos educativos peça imprescindível que serve de base para esse trabalho, apreendido na concepção marxista no sentido de constituinte da mediação entre o homem e a natureza, com os outros homens e consigo mesmo, onde surge toda a produção e reprodução da vida humana. Em outras palavras, “o trabalho é a condição natural da

existência humana, a condição independente de todas as formas sociais do intercâmbio da matéria entre o homem e a natureza” (MARX, p. 62-63, 2008).

Na sociedade capitalista, a educação se subordina as demandas alinhavadas ao processo de acumulação de capital e, portanto, daqueles que têm nas mãos a direção da sociedade.

Na medida em que a sociedade enfrenta crises, sobretudo, na esfera econômica fica mais inequívoco e menos dissimulado a posição do Estado em advogar pela concepção de educação dualista.

Em 1757, Voltaire já postulava a monarquia da Prússia que o povo deveria ser guiado e não instruído, na mesma esteira, Destutt de Tracy, já no finalzinho do século XVIII, defendia como natural a subordinação do ensino e qualificação de acordo com as demandas de produção e a segmentação da educação a partir das classes sociais. (FRIGOTTO, p. 33-34, 1999).

Como demonstrado, a destinação da educação de acordo com interesses de classe não é algo inédito no mundo. No Brasil, como se não bastasse a imposição dada pelo próprio sistema capitalista de uma desigualdade de classes, existe o desemprego estrutural e questões étnico-raciais que acolam grande parte da classe trabalhadora num processo de exclusão.

Tivemos uma abolição tardia da escravatura que deixaram marcas profundas na sociedade. O racismo estrutural imbricado ao sistema capitalista é, por vezes, majorado num contexto de fragilidade de políticas públicas educacionais de inclusão.

Neste cenário ressalta-se a indiscutível influência do neoliberalismo no campo educacional.

Diante da crise do capital nos anos de 1970 o Estado do bem estar social – welfare state – e o sistema Keynesiano foram deixados de lado, emergindo uma nova configuração capitalista para manter sua reprodução e redefinindo o papel de intervenção do Estado na economia, qual seja, o modelo neoliberal.

No contexto do neoliberalismo o capitalista, por meio de todo um aparelho ideológico, defende a ideia de Estado mínimo, que ao fim e ao cabo, significa um Estado máximo para o capital e mínimo no aspecto social, resultando em perda de direitos duramente conquistados ao longo da história.

A educação tem um papel estratégico no contexto neoliberal, conforme Marrach (2000), quais sejam:

(...) 1) atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. (...) 2) Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola a doutrina dominante. (...) 3) Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática (...) (MARRACH, 2000, p. 46-48)

Daí emerge o desmonte de políticas públicas, consubstanciadas em teses de sucateamento e privatização da educação. Segundo Netto e Braz (2008):

Realmente, o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de nele o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras. A desmontagem (total ou parcial) dos vários tipos de Welfare States é o exemplo emblemático da estratégia do capital nos dias correntes, que prioriza a supressão de direitos sociais arduamente conquistados (apresentados como “privilégios” de trabalhadores) e liquidação das garantias ao trabalho em nome da “flexibilização”, já referida. (NETTO e BRAZ, p. 225-226, 2008)

Assentada na premissa de modernização e racionalização dos serviços públicos para melhoria da qualidade dos serviços públicos aos usuários, o Estado entra num processo de desresponsabilização no que tange as políticas públicas.

Concomitantemente, no campo educacional ocorre um processo de financeirização e mercantilização com uma devastação dos direitos trabalhistas dos docentes com forte tendência ao neoconservadorismo (ANTUNES, 2018).

As políticas sociais entram neste cenário [neoliberal] caracterizadas por meio de um discurso nitidamente ideológico. Elas são: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e devem ser acessadas via mercado. Evidentemente, nessa perspectiva deixam de ser direito social. (BEHRING, 2003, p.64)

Deste modo, as políticas sociais em larga medida se apresentam distantes dos princípios de universalidade e igualdade de acesso, constantes no texto da Carta Magna, imprimindo caráter conservador direcionadas a seletividade e à focalização.

Deste modo os programas sociais, a exemplo daqueles advindos das políticas educacionais, deixam de ser direitos e passam a ser um negócio, disponível para compra no mercado, com rebatimentos inclusive na educação superior, uma vez que “a flexibilização do padrão de educação superior ganha força a partir da construção de um consenso de que os serviços públicos, em geral, não são suficientes nem eficazes” (NASCIMENTO, SILVA e ALBEBAILLE, p. 85, 2002).

Naturalmente que esse cenário de redução de investimento em políticas públicas por parte do Estado, caracterizado pelo neoliberalismo, agrava também a questão social

e suas expressões, além de que aumentar a “(...) crescente polarização da sociedade em ricos e pobres” (LAURELL, p. 152, 1997).

Por fim, alinhado ao projeto neoliberal estão os organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial que interferem, sobremaneira, no estabelecimento do projeto político-pedagógico implementado por meio da política educacional.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir do estudo, os seguintes resultados podem ser apontados: prevalência de uma política educacional alinhada a segmentação do ensino de acordo com a classe social do indivíduo; forte influencia dos organismos internacionais na implementação das políticas de educação; mercantilização e financeirização da educação; subordinação da educação aos interesses do capital; desresponsabilização do Estado pela efetivação de uma política educacional de qualidade; enfraquecimento da escola pública; agravamento das expressões da questão social, tais como exclusão, pobreza, miséria e desemprego.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É fundamental manter a luta e defesa por uma educação democrática, igualitária, emancipadora e humanizadora que consiga atender, para além dos interesses da burguesia, os interesses da classe trabalhadora. Para Coêlho (p.199, 2009), a escola exige “dos mestres e estudantes, o permanente cultivo da interrogação, do pensamento, da crítica, da contestação”.

Constitui em grande desafio a toda a sociedade conseguir que a escola, enquanto instituição de controle social, consiga romper com o modo de produção capitalista, da qual ela própria é parte.

No entanto, todos os estudos convergem para a urgência de um modelo de produção mais justo e de distribuição das riquezas socialmente produzidas de maneira mais igualitária.

A escola ou melhor os processos educativos – que avançam para além do ambiente institucional escolar - com toda certeza não conseguirão sozinhos resolver todas as mazelas advindas do modo de produção capitalista, mas podem contribuir para a

transformação dessa sociedade, na medida em que realiza as mediações das transformações.

Nesse sentido a escola passa a ter, no mínimo, dois papéis importantes quais sejam: preparar o indivíduo para o trabalho e para a vida – que extrapola a atividade produtiva, ou seja, para o tempo livre, de lazer.

Romper com os limites impostos pelo modelo neoliberal para o estabelecimento de uma educação emancipadora é medida de extrema necessidade e urgência, desse modo, “libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal (...) educar para além do capital implica pensar uma sociedade para além do capital” (MÉSZAROS, p. 12-13, 2006)

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **O Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- COÊLHO, Ildeu Moreira. Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia/Organização Ildeu M. Coêlho – Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2009.
- COSTA, Silvio (1998): “Concepção marxista de Estado”. In COSTA, Silvio (1998): Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto. Goiânia / São Paulo: Editora da UCG / Anita Garibaldi.
- FRIGOTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.
- GODOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. Prefácio de Paulo Freire - 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 1998.
- LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 151-178.
- MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e educação. In: SILVA JUNIOR, Celestino A. da et al. Infância, educação e neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 2000.
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2006 (Mundo do Trabalho).
- NASCIMENTO, Alexandre do; SILVA, Andréia Ferreira da; ALGEBAILÉ, Maria Emília Bertino. Estado, Mercado e Trabalho: Neoliberalismo e políticas sociais. In: **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990.**/ Maria Lúcia Wanderley Neves (org.). Rio de Janeiro: Xamã, 2002.
- NETTO, José P.; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.